



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS Nº 0003844-22.2014.8.17.0000 (0332940-2)
COMARCA: PAULISTA
VARA: SEGUNDA CRIMINAL
IMPETRANTES: IRANDIR RAMOS DE ANDRADE e ANDRÉ
RICARDO DE LUCENA
PACIENTES: GENITON JOAQUIM DE OLIVEIRA e
REIVISON PEREIRA DA SILVA
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADOR: DR. ADALBERTO MENDES PINTO VIEIRA
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA PRISÃO PREVENTIVA. INDEFERIMENTO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO. CARÊNCIA DE DOCUMENTO APTO A COMPROVAR A ILEGALIDADE. PEDIDO NÃO CONHECIDO. DECISÃO UNÂNIME.

I - O *habeas corpus* deve vir instruído com todas as provas que sustentem as alegações nele contidas, já que não se admite dilação probatória. A ausência de documento hábil a comprovar a ilegalidade sofrida implica o não conhecimento do pedido.

II - Eventuais condições subjetivas favoráveis dos Pacientes são irrelevantes, quando presentes os motivos autorizadores da prisão preventiva, os quais não puderam ser analisados. Inteligência da Súmula nº 86/TJPE.

III – Pedido não conhecido. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do *Habeas Corpus* nº 0003844-22.2014.8.17.0000 (0332940-2), no qual figuram como .



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em não conhecer do pedido**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 18 de junho de 2014.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS Nº 0003844-22.2014.8.17.0000 (0332940-2)
COMARCA: PAULISTA
VARA: SEGUNDA CRIMINAL
IMPETRANTES: IRANDIR RAMOS DE ANDRADE e ANDRÉ RICARDO DE LUCENA
PACIENTES: GENITON JOAQUIM DE OLIVEIRA e REIVISON PEREIRA DA SILVA
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADOR: DR. ADALBERTO MENDES PINTO VIEIRA
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Irander Ramos de Andrade e André Ricardo de Lucena, advogados, impetram o presente *habeas corpus* liberatório, em favor dos Pacientes **Geniton Joaquim de Oliveira e Reivison Pereira da Silva**, qualificados às folhas 02/03 dos autos, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca do Paulista, em face do processo nº 0001193-45.2014.8.17.1090.

Consta dos autos que os Pacientes foram presos em flagrante no dia 17/02/2014, sendo denunciados pelo crime previsto no art. 157, § 2º, inciso II, do CPB (roubo majorado).

Aduzem os Impetrantes, em apertada síntese, que os Pacientes padecem de constrangimento ilegal pelos seguintes motivos:

a) diante da ilegalidade da decisão que decretou a prisão preventiva, bem como da que indeferiu o pedido de liberdade provisória,



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

mantendo o decreto, tendo em vista a inexistência de fundamentação; e b) condições subjetivas favoráveis dos Pacientes, sendo primários, de bons antecedentes, com endereço certo, além de pessoas idôneas, preenchendo, pois os requisitos para concessão de sua liberdade.

O pedido de liminar foi indeferido às **fls. 17/18**.

Instada a se pronunciar, a autoridade indicada coatora, Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca do Paulista, Dra. Ana Regina Lemos Robalinho de Barros, ofereceu informações às **fls. 24/26**.

A Procuradoria de Justiça, através do procurador, Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira, ofertou parecer, às **fls. 29/32**, manifestando-se pela denegação do presente *writ*.

É, em resumo, o relatório.

Recife, 18 de junho de 2014.

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS Nº	0003844-22.2014.8.17.0000 (0332940-2)
COMARCA:	PAULISTA
VARA:	SEGUNDA CRIMINAL
IMPETRANTES:	IRANDIR RAMOS DE ANDRADE e ANDRÉ RICARDO DE LUCENA
PACIENTES:	GENITON JOAQUIM DE OLIVEIRA e REIVISON PEREIRA DA SILVA
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADOR:	DR. ADALBERTO MENDES PINTO VIEIRA
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

VOTO

Em relação à alegada ausência dos requisitos que justifiquem a segregação cautelar dos Pacientes, diante da ilegalidade da decisão que decretou a prisão preventiva, bem como da que indeferiu o pedido de liberdade provisória, verifica-se, da análise dos autos, que os Impetrantes não juntaram ao seu petitório qualquer documento que comprove tal ilegalidade.

Cabe considerar que, apesar de a autoridade coatora, às **fls. 24/26**, em suas informações, ter transcrito o teor do decreto, a decisão que indeferiu a liberdade provisória aos Pacientes, conforme se insurgiu a defesa, não conta dos autos, fazendo-se tal decisão necessária para análise da pretensão dos Impetrantes.

Dessa forma, diante da ausência do *decisum* que ensejou a ratificação da segregação dos Pacientes, não há como o presente *writ* ser conhecido por esta Corte, visto que nesta esfera não se admite



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

dilação probatória, devendo os autos vir devidamente instruídos com as provas necessárias, o que não ocorre no caso concreto.

Nesse sentido, trago à colação excerto do julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça, do HC 102964/MG, Ministro Arnaldo Esteves Lima, julgado em 25.08.2008:

2. No caso, não há como analisar a argumentação do impetrante de que o indeferimento do pedido de liberdade provisória não se fundamentou em elementos concretos aptos a ensejar a custódia cautelar do paciente, **porque não se trouxe aos autos a cópia da decisão proferida em 1ª instância, documento indispensável à análise da pretensão**. Há apenas a cópia do acórdão atacado, que concluiu pela ausência de constrangimento ilegal, porque o decreto apontou, concretamente, a necessidade da prisão preventiva.

3. **O habeas corpus deve vir instruído com todas as provas que sustentem as alegações nele contidas, já que não se admite dilação probatória¹.**

Por outro lado, eventuais condições subjetivas favoráveis dos Pacientes não elidem, por si só, a custódia cautelar, caso presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, que, ressalte-se, não puderam ser analisados. Inteligência da Súmula nº 86/TJPE².

¹ Grifos nossos

² **Súmula nº 86/TJPE:** As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si só, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Assim, diante da ausência de documentos que comprovem a ilegalidade mencionada, bem como em virtude da inviabilidade da dilação probatória na estreita via de *Habeas Corpus*, **voto pelo não conhecimento do presente writ.**

Recife, 18 de junho de 2014.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator